

Seção: Políticas Públicas | Artigo de revisão | DOI: 10.35700/eja.2021.ano10n17.p76-95.3217

Escola, educação básica e analfabetismo estrutural no Brasil Políticas Públicas: a negação da escola aos trabalhadores

School, basic education and structural illiteracy in Brazil: the denial of school to workers

Escuela, educación básica y analfabetización estructural en Brasil: la negación de la escuela a los trabajadores

José Ronaldo Silva dos Santos

Mestre em Ensino – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Centro Territorial de Educação Profissional (CETEP)

E-mail: ronnybaiano84@yahoo.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2494-6055>

Tenório Batista Lima Sobrinho

Licenciado em História – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Centro Territorial de Educação Profissional (CETEP/VC)

E-mail: tenorioblina@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6644-9383>

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir a trajetória e a construção histórica do analfabetismo no Brasil, com vistas a debater sobre os programas e políticas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Utilizamos como metodologia o levantamento bibliográfico e documental, com base nos principais indicadores socioeducacionais do país. O artigo traz como problema central a ausência de políticas públicas efetivas de EJA, também como reflexo de toda uma estrutura educacional que continua produzindo analfabetos funcionais e absolutos. Consideramos que esse tema precisa ser encarado com mais efetividade pelo poder público e pelo estado brasileiro no intuito de assegurar a inclusão desses sujeitos analfabetos e semianalfabetos nos processos educativos. A negação da educação escolar para as classes populares/classe trabalhadora vem se constituindo como o *modus operandi* das elites em manter o controle hegemônico das massas, ora negando a escola ora oferecendo-a de forma precária, o que acaba fatalmente contribuindo para o deserto educacional que assola o país com índices de analfabetismo funcional e absoluto que ainda persistem. É nessa perspectiva que o presente artigo vem trazer provocações ao leitor acerca desses processos de dominação histórica

através da educação. De outro modo, consideramos que só a educação de base, de qualidade e na idade certa, somada a um processo massivo de alfabetização, é que se constitui como determinante nesse processo de mudanças e inserção educacional.

Palavras-chave: Educação Básica. Analfabetismo. Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT

This article aims to discuss the trajectory and historical construction of illiteracy in Brazil, with a view to debating programs and policies for Youth and Adult Education (EJA). We use as a methodology the bibliographic and documentary survey based on the main socio-educational indicators in the country. The article brings as a central problem the absence of effective public policies for EJA, which also reflects in an entire educational structure that continues to produce functional and absolute illiterates. We believe that this issue needs to be looked at more effectively by the government and the Brazilian state in order to ensure the inclusion of these illiterate and semi-literate subjects in educational processes. The denial of school education for the working/lower classes has been the modus operandi of the elites in maintaining hegemonic control of the masses, sometimes denying school or offering it in a precarious way, which ends up fatally contributing to an educational desert that devastates the country with functional and absolute illiteracy rates that still persist through time. It is from this perspective that this article provokes the reader to reflect about these processes of historical domination through education. Also, we believe that only quality basic education at the right age, added to a massive process of literacy, will be a determinant factor in the process of change and educational insertion.

Keywords: Basic Education. Illiteracy. Youth and Adult Education.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir la trayectoria y construcción histórica del analfabetismo en Brasil, con vistas a debatir programas y políticas de Educación de Jóvenes y Adultos (EJA). Utilizamos como metodología la búsqueda bibliográfica y documental, basada en los principales indicadores socioeducativos del país. El artículo trae como problema central la ausencia de políticas públicas efectivas para la EJA, también como reflejo de toda una estructura educativa que sigue produciendo analfabetos funcionales y absolutos. Creemos que este tema debe ser enfrentado de manera más efectiva por el gobierno y el estado brasileño para asegurar la inclusión de estos sujetos analfabetos y semianalfabetos en los procesos educativos. La negación de la educación escolar para las clases populares -clase trabajadora- se ha constituido como el modus operandi de las élites para mantener el control hegemónico de las masas, negando a veces la escuela, o incluso ofreciéndola de forma precaria, lo que acaba fatalmente contribuyendo a este desierto educativo que devasta al país con tasas de analfabetismo funcional y absoluto que aún persisten. Es desde esta perspectiva que este artículo trae provocaciones al lector sobre estos procesos de dominación histórica a través de la educación. Consideramos que solo la educación básica, de calidad y en la edad adecuada, sumada a un proceso masivo de alfabetización, será un factor determinante en este proceso de cambio e inserción educativa.

Palabras-clave: Educación Básica. Analfabetismo. Educación de jóvenes y adultos.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo visa ao estudo do analfabetismo como condição historicamente imposta aos sujeitos que não conseguem ler e escrever, se constituindo como um problema e construção social, implicando diretamente na construção da dignidade humana. Nesse sentido, falar de analfabetismo em um contexto de mundo e de país em que o conhecimento se constitui como capital cultural essencial para o desenvolvimento em todos os sentidos é um tanto oportuno e desafiador, e isso pressupõe afirmar que a educação se constitui em um campo de disputas na luta de classes, quando as elites econômicas centram seus interesses na manutenção dos seus privilégios através do monopólio da educação, do controle do saber como mecanismo de dependência da classe trabalhadora. O desafio de se fazer este estudo acerca do analfabetismo no Brasil, em épocas distintas e com problemas tão variados, mostra-nos como essa questão perpassou, ao longo de cinco séculos, como uma política de controle social, uma barreira a ser superada.

Assim, o objeto de investigação, de certa forma, acompanha a trajetória de vida profissional dos autores, especialmente no campo da docência e na pesquisa, uma vez que, ao lidar com o público jovem e adulto, a partir de turmas de EJA, em realidades distintas e precarizadas, a pesquisa emerge como uma necessidade de avançar nos estudos e na investigação de um tema tão complexo na historiografia educacional brasileira.

É preciso entender que existe a necessidade de formação omnilateral dos sujeitos, sendo a educação um mecanismo para construção da autonomia e do desenvolvimento científico, tecnológico e para o desenvolvimento das massas, a fim de possibilitar a elevação do nível de consciência – consciência de classe em si e para si – e nessa perspectiva, é preciso construir processos educativos visando a um mundo mais justo e igualitário para todos, inclusive para aqueles que não tiveram acesso à educação.

Nessa perspectiva, levanta-se e comprova-se a hipótese de que o analfabetismo é resultado de uma construção arquitetada pelas elites do Brasil, que contribui para a não elevação de consciência dos sujeitos, corroborando o processo de dominação e alienação ideológica, condicionante para a manipulação das massas, ao projeto hegemônico do capital. O analfabetismo é uma verdadeira arma de guerra na luta de classes para perpetrar a desigualdade social e evitar a emancipação dos sujeitos mediante a sua pauperização e dependência, desenvolvidos por um processo contínuo de expropriações.

No Brasil, construiu-se a divisão do trabalho, mediada entre outros motivos, pelo acesso à educação, onde a ascensão social das camadas médias e inferiores está condicionada à qualidade da educação disponibilizada a cada fração social, e a política educacional é o fator primordial para os antagonismos sociais, onde a EJA, na perspectiva da dominação, acaba sendo uma ferramenta para efetivação e manutenção das

desigualdades sociais. Aqui, vale salientar que a educação de Jovens e Adultos (EJA), prevista na Lei 9394/96, como modalidade de ensino, ainda não se tornou uma política pública efetiva, que viesse a contribuir com o processo de emancipação e construção de soberania da sociedade; ao contrário, ela sempre se constituiu como programas de governos e não políticas de estado, sendo um campo cheio de deficiências de operacionalização e implicações.

Nesse sentido, o artigo ora exposto pretende trazer uma abordagem sociohistórica da Educação no Brasil, com foco especial na educação de jovens e adultos, a partir de uma perspectiva histórica e dialética desses processos sociais de exclusão social e fundamentalmente da discriminação categórica através da linguagem formal e dita culta. Dessa forma, eis o desafio de problematizar como se dá a construção dos processos de exclusão através da linguagem formal e como os sujeitos de uma dada realidade, oriundos da classe trabalhadora, para quem o acesso à educação vem sendo um fator de exclusão e dominação social, consistindo em um verdadeiro privilégio das elites.

2 O ANALFABETISMO ESTRUTURAL NO BRASIL E SUA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

O analfabetismo é estrutural no Brasil, por ser uma arquitetura estrategicamente elaborada no intuito de contenção das massas ao acesso à educação, e quando essa possibilidade de inclusão a partir da EJA ocorre vem, por vezes, permeada por concepções sociais discriminatórias e assistencialistas, quando, por outro lado, existe o monopólio de uma educação dita erudita e letrada para a classe dominante.

O analfabetismo precisa ser entendido a partir de sua própria lógica estrutural, sendo um produto da precariedade da educação básica, com suas primeiras formas de organização ainda no período colonial, a partir da educação jesuítica, considerada a pedra fundamental da educação brasileira. Esse mesmo analfabetismo perpassou pela Primeira República, continuando no Estado Novo, pela Ditadura civil-militar e permanece no contexto atual do neoliberalismo brasileiro, em que as políticas de educação, de maneira geral, vêm sofrendo um forte revés a partir do golpe civil-midiático e empresarial em 2016, que vai impor uma agenda de retrocessos na educação.

O analfabetismo não é um fenômeno natural; ao contrário, ele está vinculado aos processos históricos de negação e precarização da educação para a classe trabalhadora, seja ela do campo seja da cidade. O estado, por sua vez, quando é de seu interesse ou quando existe algum tipo de pressão social, utiliza-se de frágeis mecanismos de reparação sócio-educacional, baseados em programas que, na atualidade, marcam as tímidas ações na oferta de educação para pessoas jovens e adultas.

A história educacional brasileira denuncia que a educação de jovens e adultos vem sendo marcada por uma carga de preconceitos, estigmas e atitudes desenvolvidas para constituírem a sedimentação de uma hierarquia social acerca dos sujeitos. Uma outra questão está relacionada à marginalização e opressão de parcelas gigantescas da sociedade com o fito de atender a um sistema social injusto e desigual, em que o conhecimento socialmente construído não está acessível à população de maneira geral, como estratégia das elites para manter o controle social.

A oferta de programas de EJA são marcados pela fragmentação e descontinuidade, quando o necessário seria a constituição de políticas públicas permanentes que, de fato, pudessem mudar a realidade educacional das pessoas. As políticas de EJA são incapazes de ir a fundo nos problemas educacionais do país, quando se fazem através de processos educativos instrumentalizados e acrílicos para a classe trabalhadora. A nossa herança jesuítica no aspecto educacional denuncia que o cerne da educação historicamente vem se dando de forma desigual, quando na contramão desses processos de inclusão, percebe-se a oferta de "uma educação erudita para as camadas dirigentes e médias, mantendo a tradição jesuítica da educação no Brasil.

[...] os padres acabaram ministrando, em princípio, educação elementar para a população índia e branca em geral (salvo as mulheres), educação média para os homens da classe dominante, para a qual continuou nos colégios preparando-se para o ingresso na classe sacerdotal, e educação superior religiosa só para esta última. A parte da população escolar que não seguia a carreira eclesiástica encaminhava-se para Europa, a fim de completar os estudos, principalmente na Universidade de Coimbra, de onde deveriam voltar letrados. (ROMANELLI, 2020, p.34).

Desde o trabalho dos jesuítas no Brasil, percebe-se que a educação no país vem se dando de forma desigual e excludente, como componente do processo de divisão das classes sociais. A história registra que, no Brasil Colônia, não houve uma tentativa séria de promover um acordo político e social que complementasse a formação do Estado Nacional, tendo como base um projeto educacional para seu povo até porque, durante esse período, não havia uma concepção de povo, pátria ou nacionalidade, mas sim, uma relação de exploração comercial que legava à educação letrada um papel meramente burocrático no interesse de controle da metrópole sobre a colônia.

Nesse período, o modelo econômico, extrativista, latifundiário e escravocrata, não exigia mão de obra qualificada; tampouco havia necessidade de formação de competentes exércitos para defesa ou para conquista. Por sua origem colonial portuguesa, não foi influenciada pelas revoluções liberais do século XVIII. A educação posta em prática pelos jesuítas não pretendia proporcionar uma maior qualidade cultural, social e política à nova terra descoberta, ao contrário do desenvolvimento artístico e cultural que já se tinha na

Europa no período. Essa educação religiosa no Brasil Colônia contribuía com os interesses da aristocracia rural e colonial, e uma das funções importantes era, através do monopólio da educação letrada, a constituição da distinção social do homem branco colonizador portador de “alta cultura” dos demais setores explorados: indígenas, africanos escravizados, agregados e mestiços.

O ensino que os padres jesuítas ministravam eram completamente alheios à realidade da vida da Colônia. Desinteressado, destinado a dar cultura geral básica, sem a preocupação de qualificar para o trabalho, uniforme e neutro (...), não podia, por isso mesmo, contribuir para modificações estruturais na vida social e econômica do Brasil, na época. Por outro lado, a instrução em si não representava grande coisa na construção da sociedade nascente. As atividades de produção não exigiam preparo, quer do ponto de vista de sua administração, quer do ponto de vista da mão de obra. O ensino, assim, foi conservado à margem, sem utilidade prática visível para uma economia fundada na agricultura rudimentar e no trabalho escravo. (ROMANELLI, 2010, p.34).

Contudo, era uma educação que atendia aos interesses coloniais da metrópole portuguesa com uma educação eurocêntrica medieval, aristocrática, erudita (escolástica) e acrítica que não criava laços dos sujeitos com o território em que ele reproduz a sua existência material. A obediência cega à fé cristã ensinada pelos jesuítas nas suas escolas dava o tom da obediência aos interesses do mercantilismo metropolitano que visava à reprodução das relações de dominação e de facilitação do processo de acumulação de capital por meio do trabalho escravo na *plantation* realizado no Novo Mundo. Esse modelo, por parte da Igreja, visualizava sobretudo a formação de uma nova geração católica e sua provável atuação como multiplicadores junto aos novos povos integrados violentamente à esfera cultural do cristianismo judaico-cristão ocidental no contexto da Contrarreforma.

Assim, a educação jesuítica tinha como objetivos:

[...] O recrutamento de fiéis e servidores. Ambos atingidos pela ação educadora. A catequese assegurou a conversão da população indígena e foi levada a cabo mediante a criação de escolas elementares para os “curumins” e de núcleos missionários no interior das aldeias indígenas. A educação que se dava aos “curumins” estendia-se aos filhos dos colonos, o que garantia a evangelização destes. (...) Quanto aos servidores da ordem, estes deveriam ser preparados para o exercício do sacerdócio e foi principalmente para que se fundaram os colégios, onde se passou a ministrar o ensino das ciências humanas, as letras e as ciências teológicas(...). (ROMANELLI, 2010, p. 35).

Em decorrência dessa prática pedagógica, as primeiras ações de educação promovidas pelos jesuítas na população adulta – o ensino do ler e do escrever – eram

destinadas aos filhos homens da aristocracia rural, visando a torná-los eruditos para a manutenção do *establishment* colonial.

As condições objetivas que portanto favoreceram essa ação educativa foram, de um lado, a organização social e, de outro, o conteúdo cultural que foi transportado para a Colônia, através da formação mesma dos padres da Companhia de Jesus. A primeira condição consistia na predominância de uma minoria de donos de terras e senhores de engenho sobre uma massa de agregados e escravos. Apenas àqueles cabia o direito a educação e, mesmo assim, em número restrito, porquanto deveriam estar excluídos dessa minoria as mulheres e os filhos primogênitos, aos quais se reservava a direção futura dos negócios paternos. Destarte, a escola era frequentada somente pelos filhos homens que não os primogênitos. Esses recebiam apenas, além de uma rudimentar educação escolar, a preparação para assumir a direção do clã, da família e dos negócios, no futuro. Era, portanto, a um limitado grupo de pessoas pertencentes à classe dominante que estava destinada a educação escolarizada." (ROMANELLI, 2010, p. 33).

No entanto, as ações dos jesuítas também não foram muito tranquilas na nova colônia, pois os senhores de terras temiam que a Companhia se tornasse um "Estado dentro do Estado" e atrapalhasse o interesse dos proprietários em monopolizar a mão de obra escrava indígena. O Marquês de Pombal, ministro português, símbolo do Absolutismo Monárquico da nova metrópole, promoveu a expulsão dos Jesuítas de suas colônias em 1759 e, com a saída deles, extinguiu-se também o único sistema de educação vigente até então no Brasil Colônia, que era a única forma de acesso da população à educação formal e organizada dentro de uma lógica de aprendizagem.

No período imperial, a despeito de uma série de debates acerca da adoção de políticas que possibilitassem estruturar a educação nacional, que não aconteceu. Proclamou-se muito a importância da inserção das ditas "camadas inferiores" – homens e mulheres pobres livres, negras e negros escravos livres e libertos –, no sistema formal de ensino, sem, entretanto, viabilizar-se uma ação efetiva nesse sentido. A instrução popular, longe de se constituir um direito, realizou-se de forma precária e improvisada tendo a filantropia como uma grande aliada, à proporção que se dava a partir de associações de intelectuais, redes de aprendizagens informais, práticas de leitura e de escrita entre as quais os escravos também se inserem nestes processos. (DI PIERRO, 2007, p. 20).

Todavia, só com a criação, no período, do ato adicional, conferiu-se às Províncias o direito de legislar sobre a instrução pública; no entanto, esse ato foi omissivo quanto à educação popular. No período imperial, a grande maioria da população vivia e trabalhava no campo, sendo submetida à oligarquia rural, e esta foi ensinada que a instrução formal e

erudita não era condição para a ascensão social e de desenvolvimento material do indivíduo na sociedade colonial.

Contudo, observando a educação de jovens e adultos no Brasil dentro de uma perspectiva histórica, podemos perceber que esta vem sendo marcada fundamentalmente pela divisão das classes sociais e pela própria segregação racial e social existente na sociedade brasileira. Podemos observar, também, que foi no final do século XIX que transformações importantes ocorreram no Brasil e, dentre elas, podemos destacar a decadência do regime escravocrata com a substituição da mão de obra escrava pela assalariada. Foi nesse período que teve início a introdução de inovações tecnológicas em diversos ramos e setores da economia, e isso impactou diretamente os métodos de trabalho e o aprimoramento dos processos de exploração.

As cidades cresciam, e as camadas médias urbanas começavam a ganhar alguma representação social. Foram essas camadas que contestaram o sistema eleitoral, exigindo o fim das eleições indiretas e censitárias. Nas eleições de 1876, somente 0,25% da população votante possuía o segundo grau. A Lei Saraiva em 1881, que reformou o sistema eleitoral atendendo parcialmente às reivindicações. Essa Lei, que restringia o voto do analfabeto, foi incorporada à carta constitucional de 1881; esta, por sua vez, sendo parte integrante da nova constituição.

A partir daí, o critério de renda anteriormente exigido como requisito para o alistamento de eleitores foi substituído pelo de domínio da leitura e da escrita, evidenciando, então, que a educação como instrução passava a ser um meio de ascensão social. Essa nova concepção modifica a concepção acerca do analfabeto que, naquela conjuntura, era visto como uma pessoa atrasada, incapaz, ignorante, incompetente, imputável e que, em função de tudo isso, não poderia votar. Vale dizer que, no período da proclamação da República, o Brasil possuía cerca de 14 milhões de habitantes, e, destes, 85% se constituíam de analfabetos, distribuídos entre negros, indígenas, mestiços e brancos, pobres e agregados ao grande latifúndio. Os adultos considerados letrados tinham em média quatro anos de estudos.

De igual modo, quando da abolição da escravatura apenas 0,9% dos libertos eram alfabetizados. E, tanto a abolição quanto a República, sintomas de uma mesma realidade, só se tornaram viáveis, quando as forças sociais em que estava assentado o sistema de dominação se deslocaram da velha oligarquia rural para a emergente burguesia agrária cafeeira. Talvez ou até por isso mesmo, uma e outra não propiciaram uma ruptura com a reprodução da ideologia das relações de dominação, possibilitando assim, as condições de reprodução de igual ideologia, indispensável à submissão da numerosa classe trabalhadora, às condições de trabalho livremente explorado". (ALENCAR, CARPI e RIBEIRO; 1986, p.18).

Nesse sentido, fazer um paralelo do analfabetismo como um problema social, fruto das mazelas do atendimento público em educação, em especial, a Educação de Pessoas Jovens e Adultas, nos remete a perceber a negação da educação como um fator de exclusão, dado o próprio desenvolvimento social. Não tenhamos também a ilusão de que a educação irá resolver todos os problemas do país, mas certamente a sua negação vem se constituindo como uma trava para esse desenvolvimento, que é determinado nos dias atuais, em grande medida, pela condição socioeconômica dos sujeitos na sociedade. Ao longo dos tempos, a existência de uma classe desprovida desses meios formais de educação criou uma massa crédula propícia a ser manipulada a aceitar a sua condição social como algo ontológico ao seu ser, de forma que sua condição social fosse inerente à sua natureza.

Segundo Di Pierro (2007, p.34), "os livros só começaram a ser impressos oficialmente no Brasil a partir do ano de 1808, com a transferência da sede da Coroa para o Brasil, bibliotecas e livrarias eram raras e estavam concentradas em espaços urbanos". Esse foi um período em que, fundamentalmente, a utilização da escrita era de uso reduzido a apenas alguns grupos mais letrados da sociedade, ficando a comunicação entre as pessoas mais vinculada apenas na oralidade, no sentido mais natural do termo.

Curiosamente, a condição de analfabetismo não retirou do poder as camadas proprietárias e dominantes da época, tornando-o um elemento secundário dentro da cultura letrada brasileira, ou seja, nesse período era normal ser coronel ou senhor de escravos e ser analfabeto. Nesse momento histórico, o analfabetismo esteve presente, embora de forma desigual em todas as camadas da sociedade, entre pobres e ricos, brancos e negros, mulheres e homens etc. Só em 1827, ano de criação da primeira lei geral de instrução pública, a população brasileira, na sua grande maioria, ainda continuava sem saber ler e escrever. Esse período é marcado pelo fato de que saber ler e escrever começa a ser associado ao estereótipo de sociedade refinada e culta, haja vista que, com a criação da Lei de Emancipação de 1871, determina-se, entre outras coisas, que os senhores de escravos mandem ensinar a ler e escrever a todas as crianças do Império; porém, na prática, isso não funcionou, ou seja, o povo não foi alfabetizado.

Vale salientar que tudo isso corrobora aquilo que foi determinado pela Lei de Emancipação, em 1881, com a criação da Lei Saraiva, que excluía a população analfabeta do direito ao exercício do voto. Tratou-se de um período de grandes contestações, mas o fato é que, nessa época, ficava mais claro o lugar dos analfabetos na sociedade e o papel que deveriam desempenhar os ditos letrados ou alfabetizados.

Tal período marca a exclusão social de grande parcela da população de um direito público e humano, que é a educação, uma vez que, nesse período, mais da metade da população ainda era analfabeta. Segundo o censo demográfico brasileiro realizado em 1872, durante o período colonial, o índice de analfabetismo já era de 80,2% entre os homens e de 88,5% entre as mulheres.

Nesse momento de nossa história, embora o analfabetismo não fosse um problema apenas dos pobres e oprimidos da sociedade, este tinha mais impacto justamente nesses setores sociais. O acesso aos poucos meios educacionais que se tinha naquele período se dava de forma bem desigual e ficava, em grande medida, restrito aos senhores de escravos, que tinham o privilégio de educar seus filhos nas poucas escolas que havia. Por outro lado, aos pretos, índios, mestiços e brancos, pobres agregados aos senhores da aristocracia, a oferta educacional que havia era bem diferente da educação oferecida às classes dominantes e médias, sendo que mesmo muitos dos senhores sendo analfabetos, não perdiam seus "direitos políticos" e mantinham o privilégio de escolarização dos filhos em cidades centrais ou mesmo fora do país.

3 O ANALFABETISMO COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL DOS TRABALHADORES

As condições educacionais da população pobre no Brasil nunca foi das melhores, e isso vem sendo arquitetado ao longo do nosso desenvolvimento histórico, em que, inicialmente, os escravos, índios, negros ou mesmo os imigrantes não tiveram esse direito assegurado, e isso contribuiu diretamente com a formação de uma grande massa de analfabetos. Só a partir do século XX, já no período da República, é que o analfabetismo vai ser interpretado como um problema de ordem nacional, entrando na discussão dos intelectuais e dos grupos políticos. No ano de 1890, mais de 80% da população ainda era composta por pessoas analfabetas, o que constituía uma situação de constrangimento do país em detrimento de outras nações mais adiantadas em relação ao nível de escolaridade de sua população.

Só a partir das primeiras décadas do século XX é que alguns grupos ligados à escola nova e alguns intelectuais vão pontuar de forma mais precisa a necessidade de se pensar em estratégias de solucionar este problema de "vergonha nacional", do Brasil. Neste período então vão surgir algumas experiências isoladas de alfabetização, como por exemplo, A Liga Brasileira Contra o Analfabetismo que pretendia se caracterizar como um movimento tenaz de combate a ignorância, visando a grandeza e a instabilidade das instituições republicanas. (DI PIERRO, 2007, p.40).

A Liga Brasileira Contra o Analfabetismo (LBCA), fundada em 1915, inspirada em sentimentos nacionalistas e cívicos, composta por atores diversos da sociedade brasileira, indo de médicos a intelectuais, tinha como missão o combate ao analfabetismo. Esse movimento debateu a necessidade de superação do analfabetismo por meio da

disseminação da educação em todas as partes, tendo encerrado suas atividades em 1940, após o governo de Getúlio Vargas decretar a educação primária como obrigatória no país.

Naquele momento histórico, também predominou uma visão preconceituosa contra os sujeitos não alfabetizados, quando a falta de educação era compreendida como um entrave no desenvolvimento do país. Ser analfabeto é ter que enfrentar preconceitos, tendo em vista que a sociedade ainda o trata como alguém incapaz e que deve ser guiado pelos mais sábios e letrados. A esse respeito, Freire (1999, p.56) já alertava que "os oprimidos de tanto ouvirem falar de si que são incapazes, que não conseguem nada, que não podem saber que são enfermos, indolentes, que não produzem virtudes terminam por convencer de sua incapacidade", e isso tudo apenas deixa claro as faces dessa brutal construção preconceituosa contra os analfabetos.

A concepção, na melhor das hipóteses, ingênua do analfabetismo o encara ora como uma "erva daninha" – daí a expressão corrente: "erradicação do analfabetismo" –, ora como uma "enfermidade" que passa de um a outro, quase por contágio, ora como uma "chaga" deprimente a ser "curada" e cujos índices, estampados nas estatísticas de organismos internacionais, dizem mal dos níveis de "civilização" de certas sociedades. Mais ainda, o analfabetismo aparece também, nesta visão ingênua ou astuta, como a manifestação da "incapacidade" do povo, de sua "pouca inteligência", de sua "proverbial preguiça". (FREIRE, 2001, p. 15).

Certamente, toda a carga de preconceitos contra os sujeitos analfabetos faz parte do projeto político das elites econômicas, que visam a submeter as massas por intermédio do controle da qualidade e do acesso a uma educação crítica, haja vista que, somente em meados do século XX, a intelectualidade brasileira veio entender o papel da educação como parte fundamental para o desenvolvimento humano e, mormente, para o desenvolvimento das potencialidades do país. Essa iniciativa, no entanto, contrapunha-se ao projeto de dominação das elites, quando buscam deter, cada vez mais, o monopólio do acesso e qualidade da educação, como mecanismo de controle da sociedade brasileira.

A falta de acesso à leitura e à escrita sobrepunha os indivíduos à culpa estigmatizante pela sua ignorância e incapacidade de se integrar ao mundo letrado, dando ao sujeito "iletrado" a falsa noção ideológica - de ser ele o responsável pela sua condição. O sistema público de educação, apesar de já existir formalmente, não se responsabilizava – e nem se responsabiliza ainda hoje – pelos problemas de não garantir a infraestrutura necessária do acesso dos jovens e adultos à educação, como atestam os dados do período entre 1940 e 1947, em que 55% da população com idade superior a 18 anos eram analfabetos.

A problemática da falta de escolarização nos meios populares não é um problema do indivíduo, mas antes, uma estratégia – "um projeto" – de controle social das elites

dominantes a partir do Estado e seus aparelhos jurídicos-políticos. A visão da intelectualidade e de setores organizados da sociedade da época era a de receio acerca da formação e letramento do povo, temendo estarem formando possíveis anarquistas ou pessoas perigosas, do ponto vista político e ideológico; preocupavam-se com o fato de os sujeitos desenvolverem a capacidade de entender e interpretar a realidade através do mundo escrito, e isso poderia colocar em risco a estabilidade socioeconômica da fração dirigente. Nesse sentido, a alfabetização e a própria educação eram dadas de forma regrada e com caráter acrítico. Essa prática deixa claro que a negação e controle da educação de qualidade para as classes subalternas constitui uma política de Estado e uma estratégia dos grupos dominantes para aumentar a expropriação e garantir uma maior acumulação de capital a partir da docilização das mentes e dos corpos das frações subalternas.

A alfabetização de jovens e adultos que na sua perspectiva universal é considerada como eixo de desenvolvimento cultural e contemporâneo, onde predomina a utilização dos sistemas grafocêntricos, através da leitura e da escrita e encontram valor inestimável nas sociedades urbanas e industriais; uma vez que está associada e configurada no desenvolvimento de novas tecnologias. Contudo nem todos partilham da mesma experiência histórica da educação e necessidade histórica de utilização destes códigos escritos, ou seja, a da educação nem sempre é uma constante ou se tornou algo necessário na historiografia educacional e social brasileira". (SOARES, 2003, p.45).

A nova sociedade brasileira, sendo zona de influência econômica, acessória e dependente do capitalismo, foi obrigada a aceitar a tarefa de letramento do trabalhador em um certo grau para que este pudesse melhor obedecer às novas tecnologias desenvolvidas a partir da II Revolução Industrial e operá-las. Em função da necessidade de mão de obra com certa qualificação para lidar com as máquinas e todo processo produtivo em desenvolvimento, força para que o Estado garanta o mínimo de direitos em relação à educação. A partir da expansão global do capital-imperialismo, passou-se a exigir uma mão de obra especializada, atribuindo ao Estado o dever de prover o ensino da imensa classe trabalhadora, de preparar o cidadão como força produtiva eficaz, construtora da riqueza da nação, através do ensino público obrigatório e gratuito transferindo ao Estado subalterno – no caso específico, o Estado brasileiro – o custo de formar uma nova mão de obra especializada para a nova fase do capital monopolista.

Naquele contexto, a burguesia urbano-industrial brasileira busca, por meio da difusão do ensino, uma maior associação aos interesses do capital monopolista. No Brasil, na década de 1930, o analfabetismo ainda se constituía como um entrave para o desenvolvimento econômico nacional, e foi aí, por pressão internacional, que houve um processo maior de massificação da escola e oferta do ensino público. Contudo, o problema

da oferta precária e acrítica da educação desemboca na produção de analfabetos funcionais, pois, ao contrário da ideologia difundida, o objetivo dessa escolarização do trabalhador não visa à sua autonomia, mas sim, à sua instrução mínima para entendimento e execução das tarefas impostas pelas novas tecnologias do capital.

A despeito dos embates e movimentos em favor da educação, durante a regência do Estado Novo no país, pouco foi feito oficialmente a respeito do analfabetismo. Ações pontuais, tímidas ou isoladas foram a marca nesse regime. Daquele período em diante, muitos governantes se sucederam e, de igual modo, muitas mobilizações e campanhas nacionais. Essas campanhas tinham como características comuns o período de duração, a aferição dos índices estatísticos, o otimismo e a euforia do momento. Entretanto, uma vez aferidos e avaliados os seus resultados, verificava-se a queda nos índices qualitativos e quantitativos.

Paralelamente às campanhas oficiais de alfabetização, despontaram no país vários movimentos de educação e cultura popular através de organizações da sociedade civil, no período populista desenvolvimentista. Diferentemente das demais iniciativas para a alfabetização, esses movimentos fundamentaram-se na teoria do conhecimento do educador Paulo Freire que, na época, era professor da Universidade de Recife e presidiu a Comissão de Cultura popular (MCP), movimento iniciado a partir da própria iniciativa do presidente João Goulart que, naquele momento, anunciava o Programa Nacional de Alfabetização.

Os fundamentos de Paulo Freire tinham o caráter de pesquisa, conservando as peculiaridades e diversidades regionais e socioculturais, já que valorizavam e aprimoravam a cultura popular, buscando conscientizar a população sobre a realidade; consideravam o analfabeto um produtor do conhecimento e partícipe do processo de transformação dessa realidade. Além da conscientização da população-alvo, visavam à sua inclusão e participação dos analfabetos na vida política nacional e, conseqüentemente, à reversão do quadro socioeconômico e político existente.

A instauração da Ditadura Militar, no dia 1º de abril de 1964, extingue esses movimentos de cultura popular iniciados a partir de intelectuais como Paulo Freire, dando lugar ao chamado “Movimento Brasileiro de Alfabetização” – Mobral, que visava, dentre outras coisas, ao controle das massas. Paralelamente ao sistema institucional de educação, nos mesmos moldes de campanhas anteriores, exceto pela ausência de conteúdo crítico e problematizador, o Mobral propunha a erradicação do analfabetismo e, sobretudo, a difusão da ideologia do regime vigente. Resultou na não erradicação do analfabetismo, como se sabe, funcionou como modelo de adestramento e minimização dos problemas existentes no país naquele período de lutas e conflitos.

O processo de redemocratização em 1985 e a promulgação da carta constitucional correspondente não foram capazes de garantir o direito à educação para o segmento da

população analfabeta. A conclusão a que se pode chegar é a de que, embora se tenha buscado a democratização do saber, passando-se por discussões, conflitos ideológicos, projetos de integração, de construção de identidade do povo brasileiro e sucessivas reformas no ensino, essa democratização não ocorreu. A cada contexto histórico, reformulam-se os discursos, referendam-se as intenções de desenvolvimento nacional com “inclusão”, e o Brasil chega ao século XXI, trazendo em sua bagagem, os piores índices estatísticos. Junta-se ao índice de analfabetismo o índice dos analfabetos funcionais produzidos pela precariedade da educação brasileira oficial e seu baixo nível de qualidade do ensino. Atualmente, mensura-se a prestação do serviço oficial de educação em termos quantitativos e não qualitativos.

Decorridos mais de 500 anos de História, podemos dizer que o Brasil ainda não tem um projeto de educação que possa ser realmente acessível a todos. A educação, no verdadeiro sentido da palavra, educação para a vida, para o desenvolvimento da capacidade crítica, para a transformação dos indivíduos em cidadãos livres e construtores de sua própria realidade – porque o crescimento de uma pessoa passa, necessariamente, pelo seu desenvolvimento intelectual – este é o bem maior, a maior prestação que o Estado pode oferecer, porque a vida é uma sucessão interminável de escolhas.

Infelizmente, as políticas públicas para a educação nem sempre estiveram atreladas ao projeto de desenvolvimento econômico e social do Brasil; pelo contrário, esta se insere no contexto do capital-imperialismo, propalando-se a intenção de integrar esse segmento populacional à vida produtiva da nação de forma precarizada e fragmentada. A questão educacional, tanto no acesso quanto na permanência e qualidade, ainda se constitui um problema a ser superado, tendo em vista que a falta de um projeto popular e emancipador de educação corrobora a produção e reprodução do analfabetismo absoluto e funcional, relegando aos trabalhadores uma educação com pouca ou quase nenhuma qualidade. É pouco provável o desenvolvimento efetivo de um país quando este mantém iletrada ou semiletrada significativa parcela de sua população, e este é o desafio a ser superado.

4 O ANALFABETISMO ESTRUTURAL COMO UMA QUESTÃO DE CLASSE: QUEM SÃO OS ANALFABETOS NO BRASIL?

A distribuição do analfabetismo e dos baixos índices de escolarização na população brasileira apresenta forte correlação com as condições socioeconômicas, o pertencimento étnico racial, de gênero, geração e a territorialidade. Ser adulto, preto ou

pardo, viver na zona rural, pertencendo aos estratos sociais de baixa renda, é uma condição social que amplia a probabilidade de permanecer no analfabetismo estrutural.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios:

[...] a taxa de analfabetismo no Brasil passou de 6,8%, em 2018, para 6,6%, em 2019”, sendo que a mesma pesquisa aponta que no Brasil, ainda se tem 11 milhões de pessoas na condição de analfabetismo absoluto, ou seja, pessoas sem condições de escrever ou ler um simples bilhete ou anotação. Ainda segundo a pesquisa, “o analfabetismo está mais concentrado entre as pessoas mais velhas, uma vez que os jovens são mais escolarizados e, portanto, vão registrar indicador menor. (IBGE/PNAD, 2019).

O analfabetismo, no contexto atual, também denuncia as brutais desigualdades socioeconômicas e de classe que dominam a sociedade, dado que, de acordo com o mesmo levantamento, entre os brancos, a taxa de analfabetismo é de apenas 3,6% da população, enquanto entre os pretos e pardos, esse número quase triplica, chegando a 8,9% desses sujeitos e a diferença aumenta entre aqueles com 60 anos ou mais. Enquanto 9,5% dos brancos não sabem ler ou escrever; entre os pretos e pardos, esse percentual é quase três vezes maior, correspondendo a 27,1% da população.

O Indicador Nacional de Analfabetismo (INAF), mais recente, realizado em 2018, pelo Instituto Paulo Montenegro, que aponta a condição de alfabetismo da população brasileira, considerando os níveis analfabetismo, analfabetismo rudimentar, elementar, intermediário e proficiente, aponta que 8% da população brasileira ainda é constituída de analfabetos absolutos, enquanto 22% da população entre 18 e 64 anos de idade encontram-se no nível de alfabetização rudimentar, ou seja, que não consegue fazer uso da leitura e da escrita para as funções mais simples, que exigem letramento e numeramento.

Esses indicadores denunciam que ainda persistem desigualdades brutais em relação ao acesso, permanência e qualidade da educação básica no Brasil, e isso se configura nos índices como expressão da negação da educação nos mais elevados níveis e modalidades, dado que, na outra ponta, o mesmo estudo aponta que apenas 12% da população apresenta níveis proficientes de alfabetização.

Já o quantitativo daqueles que apresentam níveis elementares e intermediários de alfabetização respectivamente é de 34% e 25%, demonstrando que um número significativo da população, quase 60%, faz o uso funcional da leitura e escrita. Em resumo, podemos dizer que o Brasil, de acordo os números, não pode ser considerado um país de maioria de analfabetos, mas amarga a condição de ter uma população com níveis precários e inacabados de educação, frutos de todo um processos histórico de exclusão e negação do acesso à escola para a sua população.

Esse processo perverso de negação de um direito fundamental que é o acesso, permanência e oferta de educação de qualidade para toda população nos mais variados

níveis e modalidades impacta diretamente no desenvolvimento tecnológico e econômico do país, também em função da existência de uma população pouco letrada. O fato de não saber ler uma simples receita, pegar o ônibus, usar meios digitais, ou mesmo ter dificuldades de consumo em função de tais deficiências, denunciam que, dentre tantos motivos, a desigualdade econômica se constitui como o problema a ser superado, para que todos, independentemente de sua condição socioeducacional, possam ter dignidade. Ser analfabeto não é um defeito, mas um problema social a ser encarado por toda sociedade; em especial, pelo Estado que, por força de lei, tem a obrigação de garantir o acesso à educação para todos.

A forma como vêm ocorrendo atualmente as políticas públicas em educação, principalmente para aqueles que necessitam da ação direta e constitucional do Estado nesses processos de inclusão social, mostram retrocessos, especialmente a partir do golpe civil-midiático e financeiro que ocorreu no Brasil em 2016, com o *impeachment* da presidenta Dilma e com o encerramento de um ciclo virtuoso de algumas políticas inclusivas, principalmente no campo da educação.

A chegada do atual grupo político ao poder já conseguiu emplacar diversos retrocessos na educação básica, e umas das primeiras medidas desde atual modelo foi o fechamento da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), órgão criado nas gestões petistas, que tinham como finalidade a promoção das políticas de inclusão escolar; dentre elas, a Educação de Jovens e Adultos.

Todo esse processo de negação da escola, em condições normais e em idade adequada aos sujeitos, vai produzir os analfabetos funcionais e absolutos da próxima década, sendo este um malefício que persiste na realidade brasileira, especialmente nas periferias, nos pequenos municípios e povoados e, fundamentalmente, na zona rural, até mesmo porque ainda se tem uma cultura atrasada e colonialista de que no campo o conhecimento não precisa fazer parte de sua construção. Um campo onde os trabalhadores rurais, camponeses, ribeirinhos, dentre outros, não precisam de escolas e educação, por desenvolverem funções subjugadas na linha de produção e na agricultura.

A educação no Brasil, destinada aos trabalhadores, sejam eles do campo sejam da cidade, vem sendo negada historicamente, e mesmo quando esses sujeitos adentram o chão da escola, eles acabam recebendo uma educação precária, dualista, esvaziada de qualidade e que serve mais ao processo de alienação do que ao de emancipação da classe trabalhadora.

[...] A escola por sua vez, constituiu-se historicamente como uma das formas de materialização desta divisão. Ela é o espaço por excelência, do saber teórico divorciado da práxis, representação abstrata feita pelo pensamento humano, e que corresponde a uma forma peculiar de sistematização, elaborada a partir da cultura de uma das classes sociais. (...) Assim a escola,

fruto da prática fragmentada, expressa e reproduz esta fragmentação, através de seus conteúdos, métodos e formas de organização e gestão (KUENZER, 2002, p. 79-80).

Kuenzer (2002) mostra, assim, que a escola no Brasil tem a função de materializar a divisão de classe, constituindo-se em um projeto das elites que vai subjungando e mantendo os seus interesses de classes a partir do controle da informação e do conhecimento, em que a escola pública presta, por vezes, esse papel de corroborar o ideário de dominação a partir da visão dos dominadores.

De acordo Frigotto (1993), o sistema capitalista busca, cada vez mais, retirar do trabalhador o controle do seu processo de trabalho. Consequentemente, como haveria por parte do sistema capitalista a busca de uma maior qualificação do trabalhador se é exatamente o contrário o seu objetivo?

No aspecto educacional, estamos falando de um modelo de educação que, em sua essência, ainda produz analfabetos funcionais, deixando para a sociedade que não pode comprar o acesso à educação, a ilusão de que suas demandas estão sendo atendidas. Em um plano mais organizado e estruturado, a partir das forças que dominam a produção, resulta-se na formação de trabalhadores precarizados, que comporão a mão de obra desqualificada e excedente para atendimento das demandas mais diversas do capital, tanto no campo quanto na cidade.

Essa teoria, então, que se propõe como concreta, mas que é pseudoconcreta, não resulta de uma abstração ou de um processo conspiratório, mas decorre rigorosamente de uma necessidade histórica circunstanciada. Ela se estrutura, em sua formalidade, com um referencial neoclássico que se afasta cada vez mais das formas concretas que assumem as relações de produção no capitalismo monopolista. Deste afastamento resulta a sua força de ilusão e, ao mesmo tempo, da legitimação das novas formas que assumem as relações capitalistas de produção. E é sobre esta ilusão produtiva que se estruturou a política educacional brasileira nas últimas décadas. (FRIGOTTO, 1993, p. 135).

Tais palavras nos fazem problematizar que o sistema educacional brasileiro tem se tornado, cada vez mais, um "puxadinho" dos interesses corporativos dos empresários da educação, que visam ao lucro com a venda de projetos mirabolantes e materiais didáticos, e isso subjuga as nossas possibilidades de construção de um projeto nacional de educação que busque atender os reais interesses da população, considerando sua dinâmica e complexidade. Uma educação pensada a partir da base social na qual é formado o país, com toda sua diversidade cultural e diferenças regionais de formação, uma vez que "dado o seu papel, precisa debruçar sobre os problemas que assolam a sociedade e o desafio aqui, sem

dúvida, é a construção de propostas concretas para superar dialeticamente os processos socioculturais desumanizantes [...]” (ZITKOSKI, 2003, p. 1).

A partir dessas reflexões, compreendemos que a sociedade precisa acreditar em uma educação universal, gratuita e de qualidade e lutar por ela, devendo ser um direito de todos e um dever do Estado. Sem essa primazia, não seremos um país totalmente mais justo e igualitário. Sem educação, não se constrói uma nação livre e soberana, pois, sendo esse um direito humano, ele é condição fundamental para a mudança social e, por isso, não basta apenas democratizar o acesso à escola, mas é preciso imprimir-lhe a qualidade necessária para a construção do conhecimento emancipatório.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta breve conclusão nos leva a perceber algumas questões históricas acerca do analfabetismo no Brasil, destacando-se a sua trajetória e como este foi se constituindo como um projeto de Estado para o controle das massas trabalhadoras e como um grave problema social para estas últimas, construído pela precariedade do sistema educacional. As mazelas de uma sociedade iletrada não podem ser consideradas como um problema banal ou de responsabilidade dos “iletrados” e se constituem como a expressão concreta da brutal desigualdade e da divisão social entre as classes.

Historicamente, os grupos que detêm o poder econômico no Brasil – da Colônia aos dias atuais – monopolizaram e monopolizam o acesso à educação de qualidade e, com isso, passaram a deter, em grande medida, o conhecimento socialmente construído. Quanto ao restante da população, foi legado a ele uma educação acrítica, ideologizada e precarizada, ressaltando estigmas de inferioridade (por exemplo, o *complexo de vira-lata*, o matuto, o tabaréu, o favelado etc) e se prestando ao serviço de controle da ascensão social no país.

A prova desse quadro são as políticas públicas realizadas pelo Estado brasileiro, aqui o Mobral e a EJA, que nunca se preocuparam em ensinar a jovens e adultos para além da capacidade de escrever seu nome e de uma rudimentar capacidade de leitura. Essa política de Estado visa a criar agora não mais uma nação de iletrados, mas sim formar uma sociedade de analfabetos funcionais, sujeitos incapazes de interpretar um texto e muito menos a realidade que o cerca, docilizando a população a aceitar a culpa pela sua condição precária de existência material e intelectual.

Nesse sentido, consideramos como essencial a democratização do acesso à educação, em que a alfabetização e o letramento das pessoas jovens e adultas possa ser trabalhada dentro de uma perspectiva de transformação social e mudança das condições objetivas de vida, como preconizava Paulo Freire. Nessa perspectiva, a EJA deve ultrapassar os limites da alfabetização, devendo estar associada ao estudo da realidade, envolvendo questões de ordem política e de interesse aos trabalhadores de maneira geral.

Dessa forma, este estudo tem a pretensão de dar destaque à EJA em uma perspectiva ampla, histórica, e inserida nos contextos populares, sejam eles no campo sejam nas cidades, com vistas a perceber a educação dos sujeitos como um processo amplo de construção de autonomia e determinante para a conquista de uma sociedade mais justa e igualitária, e, para isso, a educação precisa ser disputada em todos os níveis e modalidades, podendo ser um aporte, uma ferramenta que qualifique cada vez mais a luta dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Indicador de Alfabetismo Funcional – INAF**, Resultados preliminares. 2018.

ALENCAR, F.; CARPI, L.; RIBEIRO, M. V. **História da Sociedade Brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Copyright, 1986.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRASIL. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. (2019). https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acessado em 25/02/2021.

_____. **Decreto nº 3.029**, de 9 de janeiro de 1881. Lei Saraiva, Lei do Censo. Reforma a legislação eleitoral. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1881.

DI PIERRO, Maria Clara, GALVÃO, Ana Maria. **O preconceito contra o analfabeto**. São Paulo: Instituto Paulo Montenegro, 2007.

FERNANDES, F. **Dicionário de sinônimos e antônimos da língua portuguesa**. 11. ed. Porto Alegre: Globo, 1957.

FERRARO (FERRARI), A. R. **Analfabetismo no Brasil: tendência secular e avanços recentes; resultados preliminares**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 52, p. 35-49, fev. 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutivo**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4. ed. São Paulo, Cortez, 1993.

KUENZER, Cassia Zeneida. **Trabalho pedagógico**: Da fragmentação a unitariedade possível? São Paulo: Papyrus 2002.

RIBEIRO, Vera Masagão. **Analfabetismo funcional: referências conceituais e metodológicas para a pesquisa.** <https://www.scielo.br/pdf/es/v18n60/v18n60a8.pdf>. Acessado em 25/02/2021.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973).** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **Direitos humanos e educação libertadora.** In: FREIRE, Ana Maria Araújo (Org.) Pedagogia dos sonhos possíveis/Paulo Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas.** UFMG, 2003.

ZITKOSKI, Jaime José. Educação popular e emancipação social: convergências nas propostas de Freire e Habermas. In.: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Anais ANPED.** Caxambú, 2004.